

Cardeal Tempesta

Indulgência Plenária Aplicável aos Mortos

PÁGINA 3

AMAZONAS

PF conclui inquérito sobre assassinato de Bruno e Dom

Após quase dois anos e meio de investigações, a Polícia Federal (PF) concluiu, na última sexta-feira, o inquérito sobre os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. "A investigação confirmou que os assassinatos foram em decorrência das atividades fiscalizatórias promovidas por Bruno Pereira na região. A vítima atuava em defesa da preservação ambiental e na garantia dos direitos indígenas", diz nota. Pereira e Phillips foram mortos a tiros em 5 de junho de 2022, em Atalaia do Norte, no Amazonas, quando visitavam comunidades próximas à Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior área do país destinada ao usufruto exclusivo indígena e que abriga a maior concentração de povos isolados em todo o mundo. No relatório final sobre a apuração, a PF manteve o indiciamento de nove investigados. Ou seja, o órgão ofereceu denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) de nove pessoas contra as quais assegura ter reunido provas suficientes para acusá-las de participar do duplo homicídio. O MPF pode pedir o arquivamento, caso entenda não haver elementos probatórios contra os investigados, ou denunciá-los à Justiça Federal, transformando-os em réus. Entre os indiciados está Ruben Dario da Silva Villar (Colômbia), apontado como mandante do crime. **PÁGINA 5**

SÃO PAULO

Tarcísio faz novo leilão de privatização de escolas

PÁGINA 4

FENABRAVE

Vendas de veículos no País crescem 21,7% em outubro

No maior volume de um mês em dez anos, outubro teve 264,9 mil veículos vendidos no País, um crescimento de 21,7% frente ao mesmo mês do ano passado. O resultado, que engloba carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, foi divulgado ontem, pela Fenabreve, a entidade que representa as concessionárias de automóveis. Desde dezembro de 2014, quando foram vendidos pouco mais de 370 mil

veículos, o setor não registrava número tão elevado, mostrando que as montadoras estão voltando aos níveis de antes da pandemia. Frente a setembro, os emplacamentos tiveram crescimento de 12,1%. Agora, o crescimento das vendas de veículos zero quilômetro no acumulado desde o primeiro dia do ano chega a 15%, com 2,12 milhões de unidades licenciadas no Brasil entre janeiro e outubro. **PÁGINA 2**

ARROCHO FISCAL



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Haddad apresenta hoje pacote de corte de gastos a outros ministros

Previsto para ser enviado ao Congresso Nacional nesta semana, o pacote de corte de gastos obrigatórios será apresentado a outros ministérios hoje, informou o Ministério da Fazenda. Em nota, a pasta disse que a reunião de ontem à tarde serviu para a discussão do quadro fiscal do país e o detalhamento das propostas em discussão pelo governo. "Nesta terça, outros ministérios serão chamados pela Casa Civil para que também possam opinar e contribuir no âmbito das mesmas informações", infor-

mou a pasta. Realizada no fim da tarde, a segunda reunião do dia entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Lula durou cerca de três horas. Também compareceram ao encontro as ministras do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. Pela manhã, Haddad e vários ministros se reuniram com o presidente Lula para fazer o balanço das ações do G20, presidido pelo Brasil neste ano.

BALANÇO

Itaú lucra R\$ 10,675 bilhões no 3º trimestre

O Itaú Unibanco teve lucro líquido gerencial de R\$ 10,675 bilhões no terceiro trimestre deste ano, um resultado 18,1% superior ao observado em igual intervalo de 2023. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, o lucro do banco cresceu 6%. As alavancas para os números do Itaú foram o crescimento das receitas e a queda do custo de crédito. No primeiro caso, contribuiu o maior volume de crédito do banco e maiores resultados com operações do banco de atacado. No segundo, além da melhoria da qualidade das safras,

houve um impacto positivo de R\$ 500 milhões no trimestre. Embora o banco diga somente que se trata de um caso específico do atacado, o efeito provavelmente está relacionado à dívida da Americanas. Em recuperação judicial desde janeiro de 2023, a rede concluiu no trimestre a capitalização da qual participaram os bancos credores, e a recompra de parte das dívidas com desconto. O Itaú converteu parte da dívida em ações, e vendeu a outra parte à empresa. A carteira de crédito do Itaú subiu 9,9 em um ano, para R\$ 1,278 trilhão. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA 1,73% / 130.338,34 / 2.217,59 / Volume: R\$ 19.401.507.262 / Negócios: 3.953.299				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	0,62% (set.)	EURO turismo				
Mais Negociados				Maiores Altas		Maiores Baixas		Fechamento		Taxa Selic				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	5,712,69	-0,28			
HAPVIDA ON NM	3,46	+3,90	+0,13	MOVIDA ON ATZ NM	6,39	+12,70	+0,72	FICA ON	10,40	-9,57	-1,10	S&P 500	41.794,6	-0,61
COGNA ON ON NM	1,51	+11,03	+0,15	VIVEO ON NM	2,310	+11,59	+0,240	MOBLY ON NM	1,910	-8,61	-0,180	NASDAQ Composite	18.179,984	-0,33
MAGAZINE LUIZA ON NM	9,78	+10,38	+0,92	METALFRIO ON NM	133,45	+11,29	+13,54	ENERGISA MT ON	79,97	-5,92	-5,03	Nasdaq 100	19.963,602	-0,35
B3 ON NM	10,86	+4,22	+0,44	COGNA ON ON NM	1,51	+11,03	+0,15	WETZEL S/A PN	9,76	-5,61	-0,58	Euronext 100	1.453,69	-0,41
BRDESCO PN NI	14,11	0,00	0,00	ANIMA ON NM	2,57	+10,78	+0,25	GENERALSHOPPON	8,07	-5,06	-0,43	CAC 40	7.371,71	-0,50

Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,44% (set.)	EURO compra	6,3733	Venda	6,5533
CDI (18/09)	10,75%	OURO (18/09)	10,65%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,7898		-0,30%
TR (05/11)	0,0712%	BM&F/grama/RJ	R\$ 510,77	DÓLAR comercial	Compra: 5,7825	Venda: 5,7831	
Poupança (05/11)	0,5716%	EURO Comercial	Compra: 6,2904	Venda: 6,2910	DÓLAR turismo	Compra: 5,8261	Venda: 6,0061

MERCADOS

Bolsa inicia semana em alta de 1,87%, aos 130,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

O cancelamento da viagem que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faria esta semana à Europa trouxe efeito oposto ao do anúncio, no fechamento da semana passada, de que se ausentaria de Brasília: relativa descompressão na taxa de câmbio e na curva de juros doméstica, ante a expectativa de que o governo esteja mais perto de, enfim, anunciar o aguardado pacote de cortes de gastos públicos. A permanência de Haddad no Brasil - um pedido que teria sido feito pelo próprio presidente Lula - se fez acompanhar nesta segunda-feira por sinais de que o governo acelerou os movimentos para entregar logo o pacote.

Nesta abertura de semana, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) mais do que reverteu a queda de 1,23% vista na sexta-feira, quando prevalecia a impressão de que o governo parecia não estar agindo com a urgência considerada necessária pelos agentes de mercado. Ontem, com melhor ânimo dos investidores, a mínima do dia (128.128,13) praticamente correspondeu ao nível de abertura, aos 128.129,60 pontos, tendo o Ibovespa (Índice Bovespa) chegado na máxima da sessão aos 130.608,79 pontos. No fechamento, mostrava alta de 1,87%, aos 130.514,79 pontos, com giro financeiro a R\$ 19,4 bilhões. Nas duas primeiras sessões de novembro, o índice da B3 sobe 0,62% - no ano, cai 2,74%.

Foi a maior alta diária em

porcentual para o Ibovespa desde 6 de fevereiro (+2,21%), vindo o índice, hoje, de perdas nas quatro sessões anteriores.

No encerramento desta segunda-feira, apenas cinco das 86 ações que compõem o Ibovespa mostravam perdas na sessão. Na ponta ganhadora, destaque para Cogna (+11,03%), Magazine Luiza (+10,38%), CVC (+9,28%) e Pão de Açúcar (+8,19%). No lado oposto, Azul (-3,01%), Hypera (-1,98%), Braskem (-1,04%), Bradesco ON (-0,24%) e Suzano (-0,03%).

Entre as blue chips, destaque para o setor metálico, com Vale (ON +1,03%), CSN (ON +2,49%) e Usiminas (PNA +3,8%). Petrobras ON e PN subiram ontem 0,1% e 0,23%, enquanto, entre os grandes bancos, o desempenho também se mostrou positivo no fechamento - à exceção de Bradesco ON. Itaú PN subiu hoje 1,35%, antes da divulgação do balanço do terceiro trimestre.

DÓLAR

A perspectiva de anúncio iminente de medidas de cortes de gastos pelo governo Lula, após aceno do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o desmonte parcial do chamado "Trump trade" abriram espaço para uma forte recuperação do real ontem.

Após subir 1,53% na sexta-feira, 1º, quando fechou a R\$ 5,8694, no segundo maior nível nominal da história, o dólar à vista encerrou o dia em baixa de 1,47%, cotado a R\$ 5,7831, com mínima a R\$ 5,7562 pela manhã.

BANCO CENTRAL

Transação de Pix acima de R\$ 200 agora só com aparelhos cadastrados

Desde o dia 1º de novembro, usuários de Pix que tenham adquirido um computador ou celular novos só estão podendo fazer transações de no máximo R\$ 200, segundo uma nova regra do Banco Central (BC), que ainda inclui outras medidas de segurança para evitar fraudes. Para os aparelhos já cadastrados, nada muda. A regra diz que o usuário de um aparelho novo só poderá fazer cinco transferências de R\$ 200 por dia, ou seja, o limite máximo é de R\$ 1.000. Acima disso, só se o cliente cadastrar o seu aparelho.

Segundo o BC, essa medida foi implementada para minimizar a probabilidade de fraudadores usarem dispositivos diferentes daqueles utilizados pelo cliente para gerenciar chaves e iniciar transações Pix.

REALIZAR O CADASTRO

Em nota, o BC diz que realizar o procedimento de cadastro de novos dispositivos é "rápido e fácil". As orientações gerais dadas são as seguintes:

- acesse o aplicativo de seu banco e lá procure pelo gerenciamento de dispositivo;
- solicite o cadastro do novo aparelho seguindo as instruções;
- o cadastro só é efetivado após a autenticação em dois fatores, que pode ser feita de diver-

sas formas, entre elas com o cadastro da biometria.

O Banco Central informa ainda que cada instituição financeira possui seu próprio procedimento de cadastro, e que, após o registro, as transações naquele dispositivo poderão ser realizadas considerando o limite originalmente estabelecido pela instituição para o cliente.

SEGURANÇA

As novas medidas do Pix não impactam apenas os clientes. Os bancos também devem reforçar as suas medidas de segurança para evitar fraudes na entrada e saída de recursos nas contas por meio de transações Pix.

CONFIRA:

- utilizar solução de gerenciamento de risco de fraude que contemple as informações de segurança armazenadas no Banco Central e que seja capaz de identificar transações Pix atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente;
- disponibilizar, em canal eletrônico de acesso amplo aos clientes, informações sobre os cuidados que os clientes devem ter para evitar fraudes;
- verificar, pelo menos uma vez a cada seis meses, se seus clientes possuem marcações de fraude na base de dados do BC.

FENABRAVE

Vendas de veículos no País crescem 21,7% em outubro

EDUARDO LAGUNA/AE

No maior volume de um mês em dez anos, outubro teve 264,9 mil veículos vendidos no País, um crescimento de 21,7% frente ao mesmo mês do ano passado. O resultado, que engloba carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, foi divulgado

ontem, pela Fenabrave, a entidade que representa as concessionárias de automóveis.

Desde dezembro de 2014, quando foram vendidos pouco mais de 370 mil veículos, o setor não registrava número tão elevado, mostrando que as montadoras estão voltando aos níveis de antes da pandemia. Frente a setembro, os emplacamentos ti-

veram crescimento de 12,1%.

Agora, o crescimento das vendas de veículos zero quilômetro no acumulado desde o primeiro dia do ano chega a 15%, com 2,12 milhões de unidades licenciadas no Brasil entre janeiro e outubro. O desempenho reflete a melhora nas condições de crédito, o mercado de trabalho aquecido, com aumento da ren-

da, além da renovação de frotas das locadoras de carros.

"A oferta de crédito continua impulsionando os automóveis e comerciais leves, com taxa de aprovação das propostas em 75%", comentou o presidente da Fenabrave, José Maurício Andreta Júnior. A previsão da entidade para 2024 é de crescimento de 15,1% das vendas de veículos.

BNDES

Aprovações para infraestrutura alcançam R\$ 78,4 bi em 18 meses

DANIELA AMORIM/AE

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou ontem, ter aprovado R\$ 78,4 bilhões em financiamentos para o setor de infraestrutura em um período de 18

meses. Os dados se referem aos valores aprovados no período entre janeiro e setembro de 2023 e entre janeiro e setembro de 2024.

O montante aprovado supera a soma de todas as aprovações registradas nos nove primeiros meses dos quatro anos anterio-

res, de 2019 a 2022, quando totalizaram R\$ 67,6 bilhões.

"Entre janeiro e setembro de 2024, o Banco aprovou R\$ 40,8 bilhões em crédito para o setor. O valor aprovado nos nove primeiros meses deste ano é 8% maior do que 2023 (R\$ 37,6 bi-

lhões) e 92% maior do que o mesmo período de 2022. Na série histórica, iniciada em 1995, o maior valor aprovado pelo banco para o setor de infraestrutura foi em 2014, com R\$ 50,8 bilhões aprovados", apontou o BNDES, em nota distribuída à imprensa.

ENERGIA

Toffoli libera julgamento sobre repasse de créditos a consumidores

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou o julgamento de que discute se as distribuidoras de energia devem devolver aos consumidores, via desconto na tarifa, os valores de tributos recolhidos indevidamente. Cabe ao presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, definir uma data para a retomada da análise. A Corte já formou maioria de seis votos para determinar o repasse dos créditos aos consumi-

dores, mas o debate foi suspenso por pedido de vista de Toffoli, em setembro. Ainda há divergências sobre o prazo para prescrição do direito dos consumidores à restituição do tributo pago - há três votos para definir o prazo de 10 anos, dois votos para definir a prescrição em 5 anos, e um defendendo que não há qualquer prescrição.

Os ministros também se mostraram abertos a debater o abatimento, do valor repassado aos consumidores, dos custos adicionais suportados pelas distribuidoras. Esse ponto

ainda será discutido

A discussão é um desdobramento da decisão do Supremo que excluiu o ICMS da base do PIS/Cofins - a chamada "tese do século", de 2017. Na ocasião, a Corte decidiu que os valores recolhidos indevidamente deveriam ser devolvidos pelo Fisco às empresas que ajuizaram ações na Justiça questionando a cobrança.

O centro do debate é se os créditos são de titularidade das distribuidoras ou dos consumidores. Para os ministros que votaram até o momento, a relação

entre concessionária e consumidor não é tributária e está dentro de um regime específico. "É uma questão de política tarifária, tem regime próprio e é legítima", afirmou Fux ao votar.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), autora da ação, contesta a lei que confere à Aneel a competência para realizar, de ofício, o repasse dos créditos. Para a associação, essa matéria trata de direito tributário e só poderia ser disciplinada por lei complementar.

POSTOS DE TRABALHO

Contratações do setor industrial sobem 75% e jovens são maioria

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O número de postos de trabalho criados pelo setor industrial brasileiro teve aumento expressivo nos nove primeiros meses de 2024, com destaque para a contratação de jovens.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a indústria criou 405.493 novos postos de trabalho de janeiro a setembro, um salto de 75,5% em relação aos 230.943 registrados no mesmo período de 2023.

Somente em setembro, os empregos industriais tiveram saldo de 59.827 vagas — aumento de 40% em relação a setembro de 2023 e de 16% em relação a agosto. Do total de vagas abertas no mês, 93% vieram da indústria da transformação (55.860), principalmente dos ramos de alimenta-

ção (22.488), borracha e material plástico (3.578), e veículos automotores (3.389). Pelo segundo mês consecutivo, o Nordeste foi a região em que a indústria mais contratou, com participação de 42,4% das vagas criadas em setembro (25.417). Em seguida vêm Sudeste (37,8%), Sul (9,9%), Norte (5,3%), e Centro-Oeste (4,2%).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, programas do governo federal têm contribuído com o aumento das contratações. A pasta cita o programa Mover, voltado ao setor automotivo, a Depreciação Acelerada, que promove a modernização do parque industrial de 23 setores, a retomada do Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e o Programa Brasil Semicondutores.

"Como resultado, o setor produtivo já anunciou planos de in-

vestimentos que chegam a R\$ 1,6 trilhão para os próximos anos, R\$ 1,06 trilhão da indústria da construção, R\$ 130 bilhões do setor automotivo, R\$ 120 bilhões de alimentos, R\$ 105 bi de papel e celulose, R\$ 100 bi de semicondutores e eletroeletrônicos; R\$ 100 bi de siderurgia e R\$ 39,5 bi do complexo industrial da saúde", destacou o ministério.

JOVENS

Do total das 405.493 novas contratações criadas nos nove primeiros meses de 2024, 57,4% das vagas foram ocupadas por jovens de 18 e 24 anos. Entre os novos contratados está Caio Cabral, de 18 anos, que conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada em junho, na empresa APS Soluções, na zona Sul da capital paulista.

Caio está cursando o último

ano do ensino médio, mas já é formado em eletrotécnica há dois anos. "Foi fácil encontrar o emprego, eu não estava à procura de trabalho. Eu recebi um convite da empresa para uma oportunidade na minha área", conta.

A função de Caio na empresa é de auxiliar técnico de laboratório. Segundo ele, o emprego tem correspondido à sua expectativa. "O meu salário está dentro do que eu esperava e a empresa é relativamente perto da minha, tenho deslocamento de uns 40 minutos".

O novo trabalho tem colaborado também com a formação de Caio. "Tenho a oportunidade de aprender a cada dia e isso está sendo muito bom para mim e para minha carreira. A estrutura do laboratório é ótima e os profissionais têm muita experiência e me ajudam".

Marli Matias Lima, de 20 anos, não teve a mesma facilidade de Caio para encontrar um emprego. Desde que terminou o ensino médio, em dezembro de 2022, estava à procura de uma vaga, que só veio encontrar em setembro do ano passado, na Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP).

Diário do **Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

TERCEIRO TRIMESTRE

Itaú Unibanco tem lucro líquido de R\$ 10,675 bilhões

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Itaú Unibanco teve lucro líquido gerencial de R\$ 10,675 bilhões no terceiro trimestre deste ano, um resultado 18,1% superior ao observado em igual intervalo de 2023. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, o lucro do banco cresceu 6%.

As alavancas para os números do Itaú foram o crescimento das receitas e a queda do custo de crédito. No primeiro caso, contribuiu o maior volume de crédito do banco e maiores resultados com operações do banco de atacado. No segundo, além da melhoria da qualidade das safras, houve um impacto positivo de R\$ 500 milhões no trimestre.

Embora o banco diga somente que se trata de um caso específico do atacado, o efeito provavelmente está relacionado à dívida da Americanas. Em recupera-

ção judicial desde janeiro de 2023, a rede concluiu no trimestre a capitalização da qual participaram os bancos credores, e a recompra de parte das dívidas com desconto. O Itaú converteu parte da dívida em ações, e vendeu a outra parte à empresa.

A carteira de crédito do Itaú subiu 9,9 em um ano, para R\$ 1,278 trilhão. As operações para grandes empresas foram responsáveis pelo desempenho em base anual, com alta de 14,4% entre o terceiro trimestre do ano passado e o mesmo período deste ano.

O Itaú fechou o trimestre com retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) de 22,7%, alta de 1,6 ponto porcentual em um ano. O banco tinha R\$ 3,008 trilhões em ativos, alta de 12,3% em um ano, e o patrimônio líquido era de R\$ 192,248 bilhões, número 10,5% maior.

"A evolução dos nossos resul-

tados reflete os investimentos que realizamos nos últimos anos para nos prepararmos para o que temos chamado de Era da Experiência no setor bancário", disse em nota o presidente do Itaú, Milton Maluh.

De acordo com ele, com o "superapp" que começou a implementar no trimestre, o Itaú tem personalizado o atendimento aos clientes ao mesmo tempo em que oferece atendimento humanizado. "No segmento corporativo, seremos cada vez mais um banco parceiro dos nossos clientes, consultivo e regionalizado, com foco absoluto em ajudar as empresas e o Brasil a prosperarem."

O diretor Financeiro do banco, Gabriel Amado, disse que a dinâmica de crédito tem permitido ao Itaú entregar resultados consistentes e expandir negócios. "Conseguimos, em mais um trimestre, expandir nossa carteira de crédito e controlar

nossos riscos", afirmou ele.

Na frente das receitas, o produto bancário, que soma as margens com juros e as receitas com serviços, foi de R\$ 42,694 bilhões, um crescimento de 8% em um ano, e de 2,1% em três meses.

A margem financeira subiu 8,5% em um ano, para R\$ 28,512 bilhões. A margem com clientes, que contabiliza os ganhos gerados pelas operações de crédito, teve alta de 7,4%, para R\$ 27,455 bilhões.

Na tesouraria, o resultado foi de R\$ 1,056 bilhão, alta de 47,7% em um ano. Além de contabilizar as exposições do Itaú ao mercado brasileiro, o que inclui os juros, a tesouraria do banco também inclui a proteção cambial que o banco faz para o capital que possui nas operações na América Latina.

A receita com serviços teve alta de 5% no mesmo período, para R\$ 11,228 bilhões.

BALANÇO

Lucro líquido da TIM atinge R\$ 805 milhões no 3º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

O lucro líquido da TIM cresceu 11,2% no terceiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, chegando a R\$ 805 milhões. O resultado está relacionado, principalmente, ao crescimento da receita em um ritmo maior que o dos custos, melhorando a margem de lucro.

"Foi mais um trimestre de entregas sólidas, confirmando vários elementos da nossa estratégia", afirmou o presidente da TIM, Alberto Griselli. O resultado também foi o maior para um terceiro trimestre, destacou.

Griselli disse que a tele foi capaz de evoluir em todas as suas linhas de negócios. O crescimento foi mais robusto no segmento móvel, com migração de clientes para planos de maior valor agregado e subidas de preços.

No segmento fixo, a postura é mais cautelosa devido à competição acirrada e briga por preços. A prioridade no setor fixo é rentabilidade em vez de expansão acelerada da base de clientes, reiterou.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) aumentou 7,5% na

comparação anual, indo a R\$ 3,236 bilhões. A margem Ebitda teve uma alta de 0,7 ponto porcentual, para 50,4%.

A receita operacional líquida da companhia aumentou 6,0%, totalizando R\$ 6,419 bilhões. O desempenho foi puxado pelo segmento móvel, com avanço de 6,3%, para R\$ 5,898 bilhões. A receita média por usuário (Arpu, na sigla em inglês) do segmento móvel foi de R\$ 31,7, alta de 4,8%.

Outro destaque no segmento móvel foi a linha de 'outras receitas', com alta de 21,3%, indo a R\$ 300 milhões, impulsionada por um projeto de internet para o agronegócio, setor no qual a TIM tem apostado bastante com oferta de conectividade.

No segmento fixo, a receita da TIM cresceu 2,6%, para R\$ 333 milhões. O Arpu da banda larga teve crescimento de 5,9%, alcançando R\$ 99, com oferta de planos de maior valor agregado.

Os custos totais da operação aumentaram 4,5%, para R\$ 3,183 bilhões. O aumento dos custos ficou praticamente em inflação com a inflação do período, sem pressionar as margens.

O resultado financeiro (saldo

entre receitas e despesas financeiras) gerou uma despesa líquida de R\$ 459 milhões, o que representa alta de 13% na comparação anual.

A TIM fez investimentos de R\$ 896 milhões no terceiro trimestre do ano, montante 10,2% menor. Os recursos foram para rede e tecnologia. Ao todo, representaram 14% da receita do período, corte de 2,5 pontos porcentuais.

O fluxo operacional de caixa teve um crescimento de 23,4%, alcançando R\$ 1,6 bilhão, impulsionado pelo aumento do Ebitda e redução dos investimentos. A dívida líquida total foi de R\$ 11,9 bilhões, com alavancagem (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda anualizado) estável de 1,0 vez.

DIVIDENDOS

O presidente da TIM reiterou a meta de distribuição de dividendos na faixa de R\$ 12 bilhões entre 2024 e 2026, conforme *guidance* divulgado em março. "Estamos reportando crescimento da receita acima da inflação, expansão de margens em vários níveis e aumento significativo da geração de caixa. Combinan-

do esses indicadores, levamos à maior remuneração dos acionistas. Esse é um trimestre que confirma tudo isso", afirmou.

COBERTURA

A TIM encerrou o terceiro trimestre de 2024 com 62,1 milhões de clientes, montante 1,5% maior na comparação anual. O segmento pós-pago avançou 9,2%, chegando a 29,7 milhões de acessos, enquanto o pré-pago recolheu 4,7%, para 32,5 milhões.

A cobertura 5G da TIM chegou a 495 municípios até o fim de setembro, o equivalente a 66% da população brasileira que vive nas cidades. No terceiro trimestre, a empresa ativou o sinal de quinta geração em 142 cidades.

A banda larga da TIM, chamada TIM UltraFibra, foi a 793 mil acessos no trimestre, leve alta de 0,3%. A companhia ampliou a cobertura no período, com o serviço chegando ao Rio Grande do Sul, em 28 municípios; e ao Amazonas, começando por Manaus. Também houve ampliação na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Atualmente, a internet fixa da TIM está disponível em 212 cidades.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist. Arcebispo do Rio de Janeiro

Indulgência Plenária Aplicável aos Mortos

Do dia 1º a 8 de novembro pode-se lucrar a indulgência plenária aplicável aos mortos, ou seja, pode oferecer a indulgência por uma pessoa que já tenha falecido e as penas dos pecados que essa pessoa cometeu em vida serão reparados. É o que diz o diretório litúrgico: "Aos que visitarem o cemitério e rezarem mesmo só mentalmente, pelos defuntos, concede-se uma indulgência plenária, só aplicável aos defuntos diariamente, do dia 1º ao dia 8 de novembro, nas condições costumeiras, isto é: confissão sacramental comunhão eucarística e oração nas intenções do Sumo Pontífice, nos restantes dias do ano, indulgência parcial."

É que para oferecer a indulgência plenária a algum falecido é necessário seguir os seguintes passos: Estar em estado de graça, ou seja, ter se confessado recentemente, rezar pelo Papa, comungar, visitar o cemitério, rezar pelos mortos, um Pai-Nosso, uma Ave-Maria ou outra oração que inspire a piedade. No dia 02 de novembro é possível também lucrar uma indulgência visitando uma Igreja, realizando orações pelo Papa e pela Igreja.

O pecado tem em si duas consequências: a culpa e a pena. A culpa é tirada a partir do sacramento da confissão, ou pelo arrependimento sincero com a intenção de não mais pecar como propósito do sacramento da confissão. A pena é absolvida através de orações e penitências, temos que estar constantemente pedindo perdão por conta de nossos pecados.

Mesmo quando morremos em estado de graça, ou seja, após ter confessado ainda carregamos alguma pena por nossos pecados, essa pena é absolvida no purgatório que é um período em que somos purificados após a nossa morte antes de ir para o céu. O purgatório é um estágio no qual a nossa alma passa após a morte e que temos a oportunidade de sermos purificados. Após esse estado vamos ao paraíso, habitar eternamente ao lado de Deus.

A indulgência é o perdão parcial ou total dessa pena, por isso, importante sempre oferecermos missas e orações em favor dos mortos, inclusive agora entre os dias 01 a 08 de novembro e no dia de finados. O Papa como sucessor de Pedro concede determinadas indulgências aos fiéis pelas práticas de alguns atos de piedade. Essas indulgências são concedidas somente para a pessoas que realiza esses atos de piedade.

O Papa concede indulgência plenária aplicável a uma pessoa falecida mediante atos de piedade cristã que praticamos, conforme dissemos acima. Podemos rezar o terço, reza pelo Papa, participar da Santa Missa, rezar pela Igreja e visitar os cemitérios. Conforme dissemos devemos estar de igual modo em estado de graça, ou seja, com a confissão em dia. Muitas vezes sabemos que aquela pessoa que morreu e que conhecemos precisa de oração e que ofereçamos indulgência em favor dela para que alcance mais facilmente a salvação.

Poderemos oferecer missas nesses dias entre 01 a 08 de novembro por quem já faleceu, colocando como intenção na missa o nome de quem já faleceu e pedindo que a alma daquela pessoa seja salva. É sempre importante rezar por quem já faleceu, mesmo que não coloque a intenção na missa, mas reze mentalmente por quem já faleceu. É sempre bom rezarmos pelas almas do purgatório, para que alcancem a salvação e sejam perdoadas de suas penas.

É um dever cristão, de caridade, rezar sempre pelos mortos, e quem reza em vida pelos mortos, terá mais adiante alguém que rezará por ele. Devemos sempre rezar pelos mortos, por isso, na oração eucarística sempre têm o momento em que os mortos são lembrados e que podemos falar o nome em voz alta, ou pensar naqueles que já se foram, para que tenham o descanso eterno, e nós que aqui ainda peregrinamos possamos ter um dia.

No dia 2 de novembro quando celebramos a Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos a Igreja nos lembra esse dever de rezar pelos mortos. É o que diz o Diretório Litúrgico: "Ainda neste dia, em todas as igrejas, oratórios públicos ou semipúblicos, igualmente, lucra-se uma indulgência plenária, só aplicável aos defuntos: a obra que se prescreve é a piedosa visitação à igreja, durante a qual se deve rezar a oração dominical e o Símbolo (Pai Nosso e Credo), confissão sacramental, comunhão eucarística e oração na intenção do Sumo Pontífice (que pode ser um Pai Nosso e Ave Maria, ou qualquer outra oração conforme inspirar a piedade e devoção)."

Nesse dia de finados somos convidados a nos voltarmos para a Igreja celeste pedindo a intercessão dos santos por nós e que possamos acolher nossos entes queridos que já partiram. Conforme é preferido pelo sacerdote na oração das exéquias quando nos despedimos de um ente querido, pedimos que os Santos e a Virgem Maria venham ao encontro daquele ente querido que partiu:

"Caríssimo irmão (caríssima irmã), encomendo-te a Deus todo-poderoso e confio-te ao Criador, para que volte Àquele que te formou do pó da terra. Venham ao encontro de ti, que estás a partir desta vida, Santa Maria, os Anjos e todos os Santos. Liberte-te Cristo, que por ti foi crucificado; liberte-te Cristo, que morreu por ti; liberte-te Cristo, Filho de Deus vivo, ao Paraíso, e reconheça-te o verdadeiro Pastor entre as suas ovelhas. Ele te absolva de todos os teus pecados e te receba entre os seus eleitos. Vejas o teu Redentor face a face e gozes da contemplação de Deus pelos séculos dos séculos".

E ainda, termina com a seguinte:

"Nós Vos encomendamos, Senhor, o vosso servo (a vossa serva) N., a fim de que, morto(a) para este mundo, viva para Vós; na vossa misericórdia infinita, perdoai-lhe os pecados que por fragilidade humana tiver cometido e concedei-lhe a paz e a vida eterna". Por Cristo nosso Senhor.

Rezemos, entre os dias 01 e 08 de novembro de 2024 pelos nossos fiéis defuntos. Que possamos aplicar as indulgências plenárias em seu favor. Que os fiéis defuntos, pela misericórdia de Deus, descansem em paz!

MARGEM EQUATORIAL

Petrobras: Magda destaca necessidade de continuar produzindo petróleo

DENISE LUNA/AE

Em plena batalha para conseguir explorar uma nova fronteira na Margem Equatorial brasileira, e assim garantir a continuidade da produção de petróleo no Brasil, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, publicou em uma rede social texto recebido do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Roberto Ardenghy, onde o executivo destaca a importân-

cia da commodity.

"Para quem acha que o País pode abrir mão do petróleo de uma hora para outra, sem prévio planejamento, segue texto que acabei de receber do presidente do IBP", diz a executiva, sobre o texto que ressalta a contribuição do combustível fóssil na balança comercial brasileira.

Ardenghy explica, no texto enviado à Magda, que o petróleo foi o principal produto exportado pelo País até julho deste ano,

ultrapassando a soja, conforme o executivo já havia informado em agosto.

Em termos monetários, as exportações de petróleo bruto contribuíram com US\$ 27,8 bilhões para a balança comercial brasileira, contra US\$ 22,2 bilhões entre janeiro e julho de 2023.

Dados da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) projetam que, pela primeira vez na história do comércio exterior brasileiro, em 2024 a exportação

de petróleo, em bruto poderá ultrapassar a barreira de US\$ 50 bilhões.

A Petrobras ainda aguarda para este ano a licença ambiental para perfuração de um poço na bacia da Foz do Amazonas, o FZA-M-59, na Margem Equatorial brasileira, maior aposta da estatal para recuperar as reservas de petróleo do País, diante do início do declínio dos gigantes reservatórios da região do pré-sal.

SINDICATO DAS CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 34.115.238/0001-84

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária Prestação de Contas Ficam convocados os Associados do SINDICOR - RJ, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de novembro de 2024, às 12h30 em primeira convocação e às 13h00 em segunda convocação, na Sede do SINDICOR-RJ na Rua Sete de Setembro, 71 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I) para deliberar sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2025; II) relatório de atividades e prestação de contas da Diretoria do exercício de 2023; III) prestação de contas da gestão no exercício financeiro de 2023. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2024. Ricardo Pinto Nogueira.

Diário do
Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

SUPOSTA INGERÊNCIA

Promotória investiga desvio de função na Vigilância Sanitária

PEPITA ORTEGA/AE

A Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de São Paulo abriu uma apuração sobre possíveis irregularidades na tramitação de procedimentos da Vigilância Sanitária do Estado. O procedimento visa identificar se há uma suposta ingerência da direção do Centro de Vigilância Sanitária junto à direção da Vigilância Sanitária da capital paulista, gerando prejuízos à saúde coletiva.

O Ministério Público vê "sérios indícios" de crimes contra a administração pública e contra a saúde pública. O órgão notificou a Secretaria de Saúde do Estado sobre a abertura da investigação. Os investigadores dizem esperar o governo do Estado adotar "providências cabíveis para restabelecer a probidade" na Direção da Vigilância Sanitária, de modo também a "resguardar a imagem da Administração como garantidora da saúde pública e dos pacientes".

Em nota, a Secretaria afirmou que o Centro de Vigilância Sanitária do Estado "é referência nacional em controle sanitário, prevenindo riscos à saúde da população e assegurando o cumprimento de normas e regulamentos técnicos vigentes, para o funcionamento de hospitais e serviços de saúde". O órgão diz acompanhar as informações divulgadas pelo MP e indicou que "está adotando as medidas necessárias para apurar e avaliar as informações".

Segundo o Ministério Público, as condutas sob suspeita "permitem que unidades de saúde que apresentam riscos sanitários, sem licenciamento ou interditas totalmente, continuem em plena atividade, sem sanções ou cronograma para regularização de suas pendências sanitárias, em ameaça à integridade dos pacientes e à saúde coletiva".

Denúncias que chegaram à

Promotória apontaram suposta ingerência da chefia do Centro de Vigilância Sanitária que fazia com que técnicos deixassem de realizar as fiscalizações que lhe são competentes. Os relatos que chegaram à Promotória indicam que o Centro de Vigilância, atuaria em "desvio de função" e faria "opções administrativas equivocadas", "deliberando sobre a condução e a finalização dos trabalhos de vistoria das unidades de saúde e proferindo decisões sobre licenciamentos sob fundamentos desconhecidos, alheios ao previsto no Código Sanitário Estadual.

A Promotória já ouviu todos os técnicos do Grupo de Vigilância da capital Paulista, que confirmaram os relatos denunciados ao órgão. Eles narraram que "mediante evidente constrangimento e assédio moral e profissional, a direção do Centro de Vigilância e da do grupo que atua na capital "abordam funcionários em várias situações de fiscalização": os removentes de ações, pedindo que se retirem do local de vistoria ou que não concluem os relatórios, e argumentando que interdições devem ser analisadas previamente pela chefia.

Segundo as apurações, também houve relatos de determinações para que os fiscais retrocedessem em decisões de interdição de estabelecimento de saúde e de invalidação de autos de infração, "em inequívoco ato ilegal, após assédio moral e maus tratos ao técnico que efetuou a vistoria".

A Promotória ainda investiga se, após serem identificadas irregularidades sanitárias nos estabelecimentos de saúde, a chefia da Vigilância Sanitária "impede" que técnicos façam termo de ajuste para regularização e induz que o arquivamento, sem monitoramento, das notificações de hospitais públicos e privados "esvaziando a própria função da vigilância sanitária".

NOVA MARTELADA

Tarcísio privatiza outro lote de escolas públicas

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Consórcio SP+Escolas arrematou o Lote Lesado do leilão da Parceira Pública Privada de Novas Escolas (PPP) realizado ontem na Bolsa de Valores de São Paulo. A disputa ocorreu entre três grupos. O valor oferecido foi R\$ 11.546.994,12 da contraprestação prevista de R\$ 14.901.270,00 milhões, o que resultou em um deságio de 22,51%.

O grupo será responsável por construir 16 unidades de ensino que vão atender 17,6 mil alunos em 476 salas de aula.

As escolas serão construídas em Aguaí, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano. As novas escolas terão três modelos, com 21, 28 ou 35 salas de aula. A estrutura contará com ambientes integrados e interligados, uso interativo de tecnologia, auditório de múltiplo uso, e espaços dedicados a esportes, cultura, vivência, estudo individualizado e inovação.

Na semana passada, o consórcio Novas Escolas venceu outras quatro proponentes no leilão do Lote Oeste que prevê a construção de 17 escolas, com 462 salas de aula e 17,1 mil vagas. As cidades atendidas serão Araras, Bebedouro, Campinas, Itatiba, Jardinópolis, Lins, Marília, Olímpia, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São José do Rio Preto, Sertãozinho e Taquaritinga. O grupo apresentou um deságio de 21,43% sobre o valor máximo de contraprestação pública proposto pelo gover-

no, com valor final de R\$ 11.989.753,71 por mês, o que representa um desconto ao longo do contrato de R\$ 922,2 milhões. O valor teto da contraprestação era de R\$ 15,2 milhões mensais.

Ao todo os dois lotes somam 33 novas unidades escolares no Estado em 29 cidades contempladas com 35,1 mil vagas de tempo integral na rede estadual dos anos finais dos ensinos fundamental e médio. Os investimentos previstos totalizam R\$ 2,1 bilhões ao longo dos 25 anos da concessão. Metade das unidades será entregue até o segundo ano de contrato, e as demais até o terceiro.

Segundo o governo estadual, o objetivo do projeto é o de melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede estadual, otimizando e melhorando a gestão escolar com ganhos de eficiência, redução de custos, além de melhorar a qualidade dos gastos, para garantir mais tempo para gestores e professores se dedicarem às atividades pedagógicas de ensino.

Além dos serviços pedagógicos, caberá ao governo de São Paulo a coordenação e fiscalização da execução do contrato da PPP, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps). O órgão vai fiscalizar a prestação do serviço e o cumprimento das normas, regulamentos e procedimentos determinados no contrato. Um verificador independente vai auxiliar a fiscalização, especialmente no atendimento aos indicadores de desempenho.

Ney Moreira, representante do consórcio SP+Escolas disse que a proposta do grupo envolve não apenas aspectos físicos e infraes-

trutura escolar, mas está lastreada na convicção de que o projeto será transformador na vida dos milhares de alunos que serão atendidos. "O apoio do governo do Estado e de toda a equipe envolvida foram essenciais para que pudéssemos desenvolver um projeto que não só atenderá as necessidades educacionais".

Moreira reforçou que o projeto também contribuirá também para a formação de cidadãos preparados para o futuro. "Nossa proposta não é apenas um plano de construção e operação, mas um compromisso com a qualidade da educação pública com a sustentabilidade e com a criação de ambientes seguros e acolhedores para os alunos professores e toda a comunidade escolar. Estamos cientes da responsabilidade que assumimos e comprometidos em cumprir cada etapa com excelência e transparência", afirmou.

O secretário estadual de Educação, Renato Feder, lembrou que o leilão devolve à Secretaria ao foco do pedagógico, na aprendizagem, em como os alunos vão aprender, o que eles vão estudar, na formação de professores. "Nós estamos fazendo essa PPP para cuidar da manutenção, da construção, da internet, da alimentação, tudo que não é pedagógico. E fazendo um movimento extremamente importante em um contrato duro para a iniciativa privada para garantir que o serviço vai ser bem prestado para os nossos alunos. É um contrato que exige resultado, indicadores".

O governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, enfatizou que a conclusão do leilão do segundo lote de escolas é um passo importante, porque 33 escolas

serão construídas com equipamentos novos e que resolverão o problema de sucateamento da educação estadual. Segundo ele, pelo menos 80% das escolas estaduais têm mais de 20 anos e já têm deficiências de infraestrutura.

"Fica muito ruim para o aluno estudar em uma escola ultrapassada, que muitas vezes não tem conectividade, que a Internet não funciona, ou que não tem segurança, bom mobiliário, ar-condicionado. Nós vamos mudar esse cenário com essa PPP. Eu tenho um gestor privado que está preocupado em oferecer um bom serviço e o professor, o coordenador, o diretor, só vão se preocupar com a questão pedagógica", afirmou.

A licitação de hoje faz parte da chamada Maratona de Leilões. Os projetos envolvem concessões e parcerias público-privada (PPPs) nas áreas de mobilidade, educação e saúde. Além dos dois lotes do Novas Escolas, já ocorreram os certames da Rota Sorocabana e Loteria Estadual. O próximo será o da Nova Raposo, no final de novembro.

MANIFESTAÇÃO

Contrários à privatização das escolas estaduais, membros da Apeesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e estudantes fizeram uma manifestação em frente a B3 durante o leilão. Na semana passada os manifestantes também protestaram no mesmo lugar.

Na mesma semana a Apeoesp entrou na Justiça pedindo a suspensão do leilão do primeiro lote que foi atendida. O governo recorreu e conseguiu derrubar a suspensão.

BLACK FRIDAY

Procon-SP terá reforço de postos todas as sextas-feiras de novembro

O Procon-SP terá uma série de postos espalhados pelo estado de São Paulo para orientar consumidores e fornecedores no período da Black Friday.

O objetivo é reduzir a quantidade de problemas e reclamações formalizadas na plataforma do Procon. "O Procon-SP vem investindo bastante na prevenção e na orientação de fornecedores e consumidores, com o objetivo reduzir as reclamações e melhorar as relações de consumo em todo o estado.

E continua acompanhando os grandes eventos para evitar práticas abusivas e o não cumprimento do Código de Defesa do Consumidor", afirma Luiz Orsatti Filho, diretor Executivo do Procon-SP.

NA CAPITAL

Na cidade de São Paulo, em parceria com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, os consumidores poderão tirar dúvidas e formalizar reclamações em postos montados nas estações Taupet (CPTM), Sacomã (Metrô) e

Jabaquara (EMTU), em todas as sextas-feiras de novembro (exceto no feriado do dia 15, nesta semana o atendimento será na quinta-feira, 14), com especialistas do Procon-SP também recebendo reclamações das 9h às 16h.

INTERIOR E NO LITORAL

Já os consumidores do interior e do litoral, poderão buscar orientação nos micro-ônibus do Procon Móvel, que estarão em diversas cidades, com destaque para os casos da Black Friday tam-

bém nas sextas-feiras de novembro, das 9h às 16h - exceto no dia 15, a ação acontecerá na quinta-feira, 14, com atendimento em Santos, no bairro do Gonzaga.

Além das ações presenciais, o Procon-SP estará divulgando, ao longo de todo o mês de novembro em suas redes, vídeos, cards, dicas e recomendações para os consumidores não serem enganados com ofertas desvantajosas, ou para evitarem cair em golpes, que também aumentam neste período de grande demanda por compras.

Procons municipais conveniados também serão convidados a compartilhar estes materiais, amplificando a divulgação para alcançar o máximo possível de consumidores em todo o estado de São Paulo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocent, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragesima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 15 de janeiro de 2025, às 15:00 (quinze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devido habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, um *waiver* para afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xviii) do Termo de Securitização, em decorrência da propositura de: (i) ação de usucapião, processada sob autos nº 5029659-21.2023.8.24.0033, ingressada por Roseli Aparecida dos Santos Alves e Abel Ferreira Alves, que alegam que exercem a posse mansa e pacífica de um imóvel urbano de 411,45m², situado na rua Margarida Bernardino Nicolau, nº 226, bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, cujo imóvel confronta ao sul com terras de Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076 e (ii) ação de usucapião, processada sob autos nº 0002302-11.2010.8.24.0033 - ingressada por Osmar Francisco da Rocha (falecido) - substituído por Sueli Teresinha da Rocha -, na qual alega que exerce a posse mansa e pacífica de um terreno, com benfeitorias, 4 (quatro) edificações, sendo uma de alvenaria com 240,00m² e 3 (três) de madeira com 318,10m² de área total construída, localizado na rua Bruno França, s/n, no bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, com área total de 256,503.00m², confrontando na extrema sul medindo 1.200,00m com terras de Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076. Ambas ações tem por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizedora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339.048m² (trezentos e trinta e nove mil, quatrocenta e oito metros quadrados); (iii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "adjudica", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Aprovar a alteração do mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep (conforme definido no Termo de Securitização), previsto na Cláusula 7.1.2 do Termo de Securitização, e, consequentemente, a alteração da Ordem de Prioridade de Pagamentos, conforme Cláusula 10.7 do Termo de Securitização, para excluir o subitem "iv", considerando que não haverá liberação do saldo restante à Devedora. Caso aprovado, as modificações passarão a vigorar na forma descrita abaixo: "7.1.2. A realização da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep contemplará o disposto a seguir, em todo caso observada a Razão Mínima de Garantia: 100% (cem por cento) dos recursos excedentes decorrentes dos Contratos Performados ou dos Contratos Não Performados deverão ser integralmente utilizados para amortização extraordinária do saldo do Valor Nominal Untual, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos da Cláusula 10.7. "7.1.2. Ordem de Prioridade de Pagamentos: Os valores recebidos em razão do pagamento dos Créditos Imobiliários, incluindo qualquer recurso oriundo de amortizações extraordinárias, liquidação antecipada ou realização das Garantias, deverão ser aplicados de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis após o cumprimento do item anterior: (a) Despesas do Patrimônio Separado, sem exclusão da responsabilidade da Devedora pelo pagamento, com recursos do Patrimônio Separado, incluindo a Taxa de Administração da Emissora; (b) Recuperação do Fundo de Despesas, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (c) Recomposição do Fundo de Reserva, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (d) Encargos Moratórios eventualmente incorridos; (e) Remuneração dos CRI; (f) Amortização dos CRI, de acordo com a tabela de amortização dos CRI constante do Anexo II a este Termo de Securitização; e (g) Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep." (ii) Deliberar sobre a alteração da Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização para modificar o quórum necessário nas deliberações, passando a exigir o voto favorável de Titulares de CRI que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais dos presentes, desde que representem ao menos 30% (trinta por cento) dos CRI em Circulação; (iv) Autorizar a Emissora, o Agente Fidejussor e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizedora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e a Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos, NET). Bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados e eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 05 de novembro de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 89ª (OCTOGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de CRI ("Titulares dos CRA") da 1ª e 2ª Séries da 89ª (octogésima segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Décima Quarta e seguintes do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão de Certificados de Recebíveis Do Agronegócio, Em Duas Séries, Da 89ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), formalizado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 36.11.876/0004-34 ("Agente Fidejussor") e a Emissora, a se reunir em em 26 de novembro de 2024, às 15:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinar, discutir e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Declarar ou não Vencimento Antecipado da Operação, nos termos das Cláusulas 4.17.1, (iv), do Termo de Securitização e 6.1, (iv), da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira ("CPR-F"), em face propositura de ação judicial, processo TITULO Cautelar per Recuperação Judicial ("Tutela Antecedente") ajuizado pelo Grupo AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA., na da Comarca de Guaporiz/Tocantins, processo sob o nº 0012084-51.2024.8.27.2720-70, em trâmite perante a 1ª Vara Civil de Falências e Recuperações Judiciais Regional, cujo pedido da ação foi ajuizada com fulcro no artigo 20-B da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências), requerendo a suspensão de todos os processos de execução em trâmite que tenham a AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA. (ii) Caso aprovado o Vencimento Antecipado da Operação, previsto no item (i) acima, deliberar sobre as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, visando o resguardo e a proteção dos interesses dos Titulares dos CRA, na forma prevista no Termo de Securitização, demais Documentos da Operação e na legislação aplicável. (iii) Aprovar a contratação de assessor legal, nos termos da proposta que seguirá anexo à ata da Assembleia; (iv) Em razão do potencial não pagamento da parcela referente aos juros da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2024 ("CPR-F") previsto para o dia 01 de novembro de 2024, e, consequentemente, do Resgate Antecipado dos CRA, nos termos das Cláusulas 6.1, subitem "i" do CPR-F e 5.1.1 do Termo de Securitização; (v) Caso aprovado o item (iv) acima, deliberar sobre as tratativas que serão dadas ao não implementado da PMT 11/2024; (vi) A autorizar para que o Agente Fidejussor e a Securitizedora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial de Titulares dos CRA serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.12 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fidejussor, no correio eletrônico: assemblies@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "ii" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: quando pessoa física, documento de identidade; quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e quando por representado por procurador, procuração emitida há menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fidejussor e da Securitizedora, conforme informados acima. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 05 de novembro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, ("Titulares de CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 13 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), firmado entre a Securitizedora e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 36.11.876/0004-34 ("Agente Fidejussor"), a se reunir em em 26 de novembro de 2024, às 15:00 (quinze) horas, em 1ª (primeira) convocação ("AGT"), de modo exclusivamente digital. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Securitizedora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de examinar, discutir e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar, ou não, um *waiver* para que não configure um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem "xxvii", em decorrência do não cumprimento, pelo Devedor, dentro do prazo estabelecido nos Documentos da Operação e nos termos das deliberações feitas pelos Investidores em Assembleia realizada em 21 de agosto de 2024 ("AGT Agosto"), da averbação do **georreferenciamento** nas matrículas dos Imóveis Sinop; (ii) Aprovar, ou não, o *waiver* para que o descumprimento, pelo Devedor, do prazo estabelecido nos Documentos da Operação e das deliberações dos Investidores na AGT de Agosto, referente à apresentação semestral das certidões atualizadas das matrículas dos Imóveis, não configure um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem "iii"; (iii) Caso aprovado a não declaração do vencimento antecipado da Emissão nos itens (i) e (ii) acima da Ordem do Dia, conceder prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assembleia, para a Devedora regularizar os descumprimentos; (iv) Aprovar a concessão de carência para o pagamento de Juros no período de novembro a março, inclusive, e a alteração das datas de pagamento da Amortização, conforme disposto no anexo abaixo. Caso aprovadas a carência e as novas datas de pagamento, o anexo substituirá o Cronograma de Pagamentos constante no Anexo II do Termo de Securitização e no Anexo I da CPR-F. (v) Autorizar a Securitizedora em conjunto do Agente Fidejussor a praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT CRA AGRO NORTE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; (d) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos, NET). Bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Securitizedora para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fidejussor, no correio eletrônico: assemblies@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados e eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/cra0230060p>

São Paulo, 05 de novembro de 2024.

Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização e de Distribuição

AMAZONAS

PF conclui inquérito sobre assassinato de Bruno Dom

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Após quase dois anos e meio de investigações, a Polícia Federal (PF) concluiu, na última sexta-feira, o inquérito sobre os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.

"A investigação confirmou que os assassinatos foram em decorrência das atividades fiscalizatórias promovidas por Bruno Pereira na região. A vítima atuava em defesa da preservação ambiental e na garantia dos direitos indígenas", diz nota. Pereira e Phillips foram mortos a tiros em 5 de junho de 2022, em Atalaia do Norte, no Amazonas, quando visitavam comunidades próximas à Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior área do país destinada ao usufruto exclusivo indígena e que abriga a maior concentração de povos isolados em todo o mundo.

No relatório final sobre a apuração, a PF manteve o indiciamento de nove investigados.

Ou seja, o órgão ofereceu denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) de nove pessoas contra as quais assegura ter reunido provas suficientes para acusá-las de participar do duplo homicídio. O MPF pode pedir o arquivamento, caso entenda não haver elementos probatórios contra os investigados, ou denunciá-los à Justiça Federal, transformando-os em réus.

Entre os indiciados está Ruben Dario da Silva Villar (Colômbia), apontado como mandante do crime. Sem citar nomes, a PF informou que os outros oito indiciados tiveram papéis na execução dos homicídios e na ocultação dos cadáveres das vítimas.

A reportagem ainda não conseguiu contato com a defesa de Villar, que já tinha sido indiciado pelo mesmo motivo em janeiro de 2023, quando a PF divulgou que tinha identificado a maioria das pessoas envolvidas no assassinato.

"Temos provas de que ele (Colômbia) fornecia munições para o Jefferson e o Amarildo, as

mesmas encontradas no caso", disse, na época, o então superintendente regional da PF no Amazonas, Alexandre Fontes, afirmando que Villar também pagou as despesas iniciais com a defesa de Amarildo da Costa Oliveira, o Pelado, primeiro suspeito a ser preso, em 7 de junho de 2022.

INTERESSES

Colaborador de publicações jornalísticas prestigiadas, como os jornais britânico *The Guardian* e os estado-unidenses *The New York Times* e *Washington Post*, Dom Phillips, 57 anos, viajou à região com o propósito de entrevistar lideranças indígenas e ribeirinhos para um novo livro-reportagem sobre a Amazônia que planejava escrever.

Embora falasse português fluentemente e já tivesse visitado a região outras vezes, Phillips viajava na companhia de Pereira por este ser um experiente indigenista Pereira. Com 41 anos de idade, estava licenciado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) desde fevereiro de 2020, por questões políti-

cas, e atuava como consultor técnico da organização não governamental União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

Os agentes da PF responsáveis pela apuração do crime concluíram que Pereira e Phillips foram mortos em decorrência do trabalho do indigenista. Mesmo licenciado da Funai, Pereira continuou contrariando interesses de grupos que ameaçam o bem-estar e a integridade de parte da população local. Na Univaja, auxiliava na implementação de projetos para permitir às comunidades tradicionais proteger seus territórios e os recursos naturais neles existentes.

"A vítima atuava em defesa da preservação ambiental e na garantia dos direitos indígenas", destacou a PF, na nota que divulgou hoje - e na qual reforça que segue monitorando os riscos aos habitantes da região do Vale do Javari e que continua investigando ameaças contra indígenas que vivem na mesma região onde Pereira e Phillips foram mortos.

INTERNET

Barroso: é preciso encontrar mecanismo para tributar big techs

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a dizer que "se tornou imperativo regular a internet", inclusive por motivos econômicos, e que é preciso "encontrar um mecanismo adequado para fazer a tributação de empresas que dizem não estar em lugar nenhum". O ministro falou no encerramento de um seminário sobre os seis anos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na sede da Corte.

"Você tem que fazer uma tributação justa, porque uma característica dessas empresas decorre de uma certa virtualização da vida e uma desterritorialização da atividade empresarial. E, portanto, a Apple tem sua principal sede de negócios nos Estados Unidos, na Europa, o mesmo do Brasil, mas a sua sede está na Irlanda", declarou Barroso.

Ele ressaltou que há uma "linha tênue" entre a regulação das redes sociais e a repressão da liberdade de expressão. "Nós também não queremos um Estado fiscal do salão, con-

trolando tudo o que as pessoas acham, pensam e querem colocar no ar", afirmou.

De acordo com Barroso, é preciso "disciplinar com princípios relativamente vagos, porque a velocidade da transformação é uma das coisas mais importantes do mundo atual". Diante da demora do Congresso em editar uma lei sobre o tema, o Supremo vai julgar em 27 de novembro três ações que discutem o Marco Civil da Internet e a responsabilização das plataformas por conteúdos publicados pelos seus usuários.

Barroso também disse que a LGPD tem uma "qualidade adequada", mas que "em breve vamos nos deparar com uma nova realidade", a partir do avanço da inteligência artificial. "A verdade é que a inteligência artificial tem capacidade de armazenar muito mais informações que o cérebro humano, e a capacidade de processá-las em muito maior velocidade. Portanto, em muitas matérias, efetivamente a inteligência artificial vai ser capaz de decidir melhor do que a condição humana", disse o ministro.

CASO MARIELLE

Moraes manda PF entregar relatórios sobre 'mandantes' do assassinato

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Alexandre de Moraes determinou à Polícia Federal que envie ao Supremo Tribunal Federal todos os relatórios e laudos periciais de objetos apreendidos na Operação Murder Inc, que investiga a "autoria intelectual" dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

A decisão atende a um pedido feito pela Procuradoria-Geral da República durante as audiências de instrução do processo aberto contra os supostos mandantes das execuções. Marielle e Anderson foram assassinados a tiros em 2018.

Na semana passada, o Tribu-

nal do Júri do Rio sentenciou os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Elcio Queiroz - que confessaram os crimes - a penas de 78 anos e 59 anos de prisão, respectivamente.

O despacho de Moraes foi publicado ontem, no bojo da ação em que são réus o deputado Chiquinho Brazão, seu irmão Domingos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e o ex-chefe da Polícia Civil fluminense, delegado Rivaldo Barbosa.

No último dia 29, encerrou-se a fase de interrogatório dos réus e testemunhas do caso. Os três negam qualquer envolvimento na morte de Marielle e de Anderson. Moraes deu cinco dias para as

partes se manifestarem sobre a necessidade da realização de diligências. A PGR perdeu os documentos sobre as apreensões realizadas em março, na operação que levou Rivaldo e os irmãos Brazão à prisão. O pedido foi deferido na quarta-feira passada.

O processo sobre os supostos autores intelectuais da morte de Marielle e Anderson entra em uma nova fase em meio à condenação dos executores da vereadora e do motorista.

Foi a delação de Ronnie Lessa que colocou a PF no encalço dos irmãos Brazão e de Rivaldo. À época, a Polícia Federal informou ter encontrado 'indícios eloquentes de autoria imediata' da ordem de assassinato da ve-

readora Marielle Franco. Os irmãos são apontados pela investigação como mandantes do crime. O delegado é suspeito de ter dado proteção aos dois.

Segundo a PF, a possível motivação do crime seria o obstáculo que a vereadora representava para os interesses 'escusos' da família Brazão, supostamente ligados à milícia e à exploração de terras griladas no Rio.

A corporação afirma que os 'autores intelectuais' do assassinato de Marielle contrataram dois serviços para o crime: a execução em si e a 'garantia prévia da impunidade', missão confiada a uma quadrilha supostamente comandada pelo delegado Rivaldo Barbosa.

distro" em até dez dias úteis e a apresentação de um plano de conformidade em vinte dias úteis. Este plano deverá detalhar como a plataforma implementará melhorias na verificação de idade, nos mecanismos de consentimento parental e nos procedimentos para garantir a exclusão de contas de menores. A estimativa do número de usuários menores de idade investigados foi realizada pela ANPD com base em dados do Tik Kids Online e informações fornecidas pela própria plataforma.

Além disso, a autoridade também exige a implementação de mecanismos de assistência e representação para garantir que adolescentes sejam assistidos ou representados por seus pais ou responsáveis durante o cadastro e a criação de mecanismos de controle parental que permitam aos pais ou responsáveis monitorar e controlar o acesso de seus filhos à plataforma. As medidas irão afetar qualquer pessoa abaixo de 18 anos que tente acessar a plataforma. Atualmente, para ter uma conta no Tiktok, é necessário ser maior do que 13 anos.

CONTEXTO

A ação da ANPD contra o Tik-Tok reflete uma crescente preocupação global com a proteção dos dados de crianças e adolescentes em plataformas digitais. Em setembro de 2023, o Tik-Tok foi multado em 345 milhões de euros pela Comissão de Proteção de Dados da União Europeia por descumprir medidas de proteção de dados de menores.

8 DE JANEIRO

STF manda Fátima de Tubarão cumprir pena

WESLEY BIÃO/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na última quarta-feira, que a bolsionista Maria de Fátima Mendonça Jacinto de Souza, conhecida como Fátima de Tubarão, presa por envolvimento na tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, comece a cumprir pena, inicialmente em regime fechado.

Fátima foi condenada em agosto deste ano a 17 anos de prisão pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

Por ter sido julgada no STF, a ação penal contra a idosa de 69 anos não tem mais possibilidade de recurso. Moraes determinou que a bolsionista passe por exames médicos antes do início da execução da pena e que o período que esteve presa preventivamente seja

descontado da pena final.

A idosa, de Tubarão, no sul catarinense, foi detida em 27 de janeiro de 2023, durante a terceira fase da Operação Lesa Pátria, que investiga responsáveis por financiar, fomentar e promover os ataques golpistas em Brasília, e está presa preventivamente desde então em Criciúma (SC).

Ela apareceu em um vídeo dizendo que está "quebrando tudo", que "pegaria o Xandão" e que defecou em um dos banheiros do prédio da Suprema Corte. Em juízo, a idosa não confirmou o ato, alegando não saber de quem era a sala, apenas que os banheiros do andar de baixo estavam ocupados.

No vídeo, ela também grita "vamos para a guerra! É guerra!", mas justificou no interrogatório que apenas repetiu o que a multidão gritava em meio à confusão, motivada, segundo ela, pelo medo da situação, e negou qualquer intenção de incitar ações violentas com a frase.

JUSTIÇA

Condenada mulher que xingou seguranças de Dino

A Justiça do Distrito Federal condenou uma mulher por injúria racial contra dois seguranças do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

A pena aplicada foi de um ano e cinco meses de prisão, mas a condenação foi convertida em prestação de serviços à comunidade.

Com a decisão, Elisângela Rocha Pires de Jesus deverá indenizar os seguranças em R\$ 5.680, além da prestação dos serviços.

O caso de injúria ocorreu no dia 29 de dezembro de 2022 em uma *shopping* de Brasília.

De acordo com a acusação feita pelo Ministério Público, a mulher abordou o ministro no estabelecimento comercial e passou a chamá-lo de "ladroão" e "vagabundo" e o acusou de "roubar o país".

Ao ser contida pelos policiais que faziam a segurança

pessoal do ministro e receber voz de prisão, a mulher chamou os profissionais de "macacos" e fez comentários preconceituosos ao se referir ao Maranhão, estado natal do ministro e dos seguranças.

Na decisão proferida no dia 30 de novembro, o juiz Marcos Francisco Batista reconheceu que houve crime nas ofensas praticadas pela acusada.

"Não há dúvida, pois, quanto à prática de injúria racial, em razão da procedência nacional das vítimas, uma vez que a acusada utilizou expressões que, naquele contexto, notoriamente foram empregadas para ofender as vítimas, em nítida discriminação em razão da origem delas", afirmou o magistrado.

Durante o processo, os advogados defenderam a absolvição da acusada por entenderem que as falas não configuraram crime.

REDE SOCIAL

TikTok pode ser multado R\$ 50 mi por coletar dados de menores

GUILHERME NANNINI/AE

O TikTok, popular plataforma de vídeos curtos, está sob investigação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por suspeita de tratamento irregular de dados pessoais de crianças e adolescentes. A ANPD anunciou a abertura de um processo administrativo sancionador contra a empresa e determinou a implementação de medidas para garantir a proteção dos dados de menores de idade na plataforma.

A investigação foi iniciada em 2021 após denúncias de que o TikTok estaria coletando dados de usuários, incluindo crianças e adolescentes, sem as devidas proteções e mecanismos de verificação de idade. A análise técnica da ANPD identificou indícios de violações à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente no que diz respeito ao princípio do menor interesse de crianças e adolescentes, que exige que seus direitos sejam priorizados na coleta e no tratamento de seus dados.

Caso considerada culpada no caso, junto ao descumprimento de outras ações, o processo pode resultar em multa de até R\$ 50 milhões pela infração, dependendo do faturamento da empresa no País segundo o coordenador de

fiscalização da ANPD, Jorge Fontelles. Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 4, ele explicou que o Tiktok sofre com a possibilidade de ser banido do Brasil caso a autoridade entenda que a empresa responsável pelo aplicativo, a ByteDance, não efetivou as mudanças pedidas pela ANPD no tempo determinado. O coordenador também reiterou que o cumprimento das medidas e cooperação da empresa durante o julgamento pode atenuar a pena da companhia se for imputada.

PONTOS INVESTIGADOS

A investigação da ANPD sobre as práticas do Tiktok se concentra em três principais pontos. O primeiro é a coleta de dados sem consentimento e verificação de idade. A ANPD exige a desativação do "feed sem cadastro", que permite o acesso aos conteúdos da plataforma sem a necessidade de criar uma conta, e aponta para a fragilidade dos mecanismos de verificação de idade utilizados pelo Tiktok. A coleta excessiva de dados de usuários, incluindo informações sensíveis como localização, contatos e histórico de navegação, também é alvo de questionamento. Países como Estados Unidos, França, Itália, Irlanda e Reino Unido já não permitem o acesso a pla-

taforma sem cadastro.

O segundo ponto de atenção é o tratamento inadequado de dados de menores. A ANPD investiga o uso de dados pessoais de crianças e adolescentes para a personalização de conteúdo, mesmo no "feed sem cadastro", e o compartilhamento de dados de menores com terceiros. A investigação também aponta para a ausência de mecanismos de controle parental que permitam aos pais ou responsáveis monitorar e controlar o acesso de seus filhos à plataforma.

O terceiro ponto investigado é a falta de transparência e informação. A ANPD exige que o Tik-Tok torne seus termos de uso e política de privacidade mais claros e acessíveis, que forneça informações claras sobre quais dados são coletados, como são utilizados e com quem são compartilhados, e que disponibilize informações claras e acessíveis sobre os direitos dos usuários em relação aos seus dados pessoais, além de canais de comunicação eficientes para contato com a plataforma.

PROTEÇÃO A MENORES

A ANPD, visando garantir a proteção de dados de crianças e adolescentes, determinou que o Tik-Tok implemente medidas como a desativação do "feed sem ca-

FAVELAS

Líderes querem fundo no G20 para melhorias nas comunidades

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

De um mirante no alto do Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, é possível ter uma visão quase que completa do conjunto de comunidades que fica na zona norte do Rio de Janeiro. É justamente essa visão para as favelas que o F20 quer que permeie as discussões e ações do G20, o grupo das principais economias do mundo, incluindo a União Europeia e a União Africana.

O F20 aproveitou o Dia Nacional da Favela, ontem, para entregar a representantes do G20 - este ano sob presidência brasileira - um documento com uma lista de ações prioritárias para combater questões como desigualdade e melhorar a qualidade de vida dos moradores de comunidades. Uma das propostas é a criação de um fundo para financiar o desenvolvimento das favelas.

"Nós não estamos aqui apenas para ser ouvido. Queremos participar da construção", disse durante a cerimônia Rene Silva, fundador da Voz das Comunidades, organização não governamental (ONG) nascida no Complexo do Alemão que se destacou com ações de jornalismo comunitário.

"A favela faz parte da solução, a favela tem a solução", diz. "Quando a gente vai elencar todos os temas que são debatidos dentro do G20 pelas lideranças mundiais, todos os temas passam pela nossa vida, pelo nosso cotidiano das pessoas que moram aqui dentro das favelas", completa.

Um dos fundadores do F20, Erley Bispo enfatiza a participação e integração de moradores de favelas no processo de elaboração das propostas.

"Sempre quando propomos ações, eventos e outras propostas, elas acontecem dentro da favela, porque, de fato, é daqui que tem que sair as recomendações", disse Erley Bispo à *Agência Brasil*.

O F20 é uma iniciativa conduzida pela Voz das Comunidades, em articulação com outras organizações, dentro e fora do Brasil. Desde maio deste ano, foi realizada uma série de encontros para debater e sugerir propostas. É a primeira vez que as discussões no âmbito do G20 contam com voz ativa de representantes de comunidades.

Apontando que cerca de 20% da população brasileira mora em favelas e periferias, Rene Silva criticou a falta de atenção e representatividade política que as comunidades têm. "Nosso espaço dentro desse local de poder é muito pequeno", lamentou.

Segundo ele, os moradores não participam da construção de políticas públicas. Ele deu como exemplo a instalação de um teleférico no Complexo do Alemão, em 2011.

"Nunca nos foi perguntado se, no Complexo do Alemão, os moradores preferiam um acesso ao teleférico, que está parado desde 2016, logo depois da Olimpíada, ou se a gente preferiria um acesso maior ao saneamento básico, à água potável, mais espaços culturais, acesso à tecnologia", elencou.

"A favela pode e deve contribuir com essa transformação. A gente tem um papel fundamental, importantíssimo, quando a gente fala sobre como construir essa solução. Por isso esse documento, o surgimento do F20", apontou Rene Silva.

MORADORES

As queixas registradas no documento, chamado formalmente Comunicuê, fazem parte da vida de Francisco Santiago Filho. Há cerca de 65 anos no Morro do Adeus, ele se intitula como um dos habitantes que moram há mais tempo no conjunto de favelas.

"Tinha um teleférico aí, mas acabou. Acho que nem volta

mais. Estou velho para subir esse morro todinho", queixou-se.

Outra moradora, Sônia da Silva Ferreira, há 40 anos na comunidade, reforça a reclamação. "Teleférico faz muita falta para a gente. Eu quero que esse evento ajude a melhorar", espera ela que chegou a trabalhar na obra de construção do meio de transporte e precisa subir a pé ou pagar *motoboys* para chegar ao alto do morro.

A *Agência Brasil* procurou a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Obras Públicas. A pasta informou que as obras de recuperação do teleférico estão em curso, com mais de 80% dos serviços de reforma das seis estações concluídos.

A secretaria informou ainda que realiza as contratações da compra e instalação dos cabos eletromecânicos, que dão sustentação às gôndolas, além dos equipamentos como escadas rolantes.

"A secretaria trabalha para entregar todo o sistema completamente recuperado à população, visando facilitar o deslocamento diário dos moradores e a reativação de importantes serviços nas estações", completa a nota.

Como ainda há licitação sendo realizada, a pasta não pôde informar um prazo definido para a entrega do meio de transporte.

COMMUNIQUE

Além de ser entregue a autoridades - a fim de que chegue aos líderes que participaram da reunião de cúpula do G20, nos dias 18 e 19 de novembro - o Comunicuê pode ser acessado pela sociedade neste endereço.

A publicação tem seis grupos de policy briefs, ou seja, conjuntos de recomendações, nas áreas de combate às desigualdades, pobreza, fome e promoção da saúde mental; combate à crise climática e promoção da transição energética justa; acesso à água potável, saneamento básico e higiene pessoal; combate a risco de desastres naturais; transformação, inclusão digital e cultural; e finanças sustentáveis.

Cofundador do F20 e um dos organizadores do documento, Erley Bispo destaca entre as propostas um fundo para financiar o desenvolvimento das favelas.

"O ponto central é que se crie um fundo voltado para as favelas e periferias, porque só assim nós conseguimos assegurar acesso à água e saneamento, que se tenha moradias mais resilientes frente às mudanças climáticas, direitos para empreendedores locais, para mulheres, jovens, população LGBTQIA+, comunidades indígenas e várias outras comunidades", frisou.

Erley Bispo destacou ainda que o F20 se pautou por discussões locais e soluções globais. "O que acontece, muitas vezes, nas comunidades onde você mora acaba sendo um reflexo que acontece também em outras comunidades. Então é uma forma de a gente conseguir também compartilhar conhecimento, compartilhar a solução", explicou.

Entre os problemas comuns em favelas ao redor do mundo, Erley citou a falta de acesso ao saneamento básico e água potável. No mundo, cerca de 1 bilhão de pessoas moram em favelas, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Morando há cerca de 20 anos em comunidades, a cantora indígena Kaê Guajajara destacou a presença de representantes indígenas entre os habitantes de favelas e periferias.

"Desde 1500, os povos indígenas foram sendo colocados em várias situações, inclusive a resistência e sobrevivência na cidade, na favela, justamente por a gente não ter condições de ficar se mantendo na pista", relatou, usando a gíria "pista", referente a quem não mora em comunidade.

QUEIXA CRIME

China denuncia UE na OMC por tarifas sobre carros elétricos

A China apresentou queixa contra a União Europeia na Organização Mundial do Comércio (OMC), na quinta-feira passada, em função das tarifas impostas pelo bloco a veículos elétricos

chineses, segundo comunicado do Ministério do Comércio do país nesta segunda-feira. O documento menciona que a ação visa proteger os interesses da indústria chinesa de veículos elétricos e promover a cooperação

global na transformação verde

Na última semana, a UE anunciou decisão final de tarifificar veículos da China em até 35,4%. Em resposta, as autoridades chinesas disseram estar decepcionadas com as medidas "prote-

cionistas" e "se opor firmemente" à iniciativa da UE.

Nos últimos meses, a China iniciou investigações para possivelmente impor tarifas ao coque, laticínio e produtos suínos importados da Europa.

AÇÕES

Commerzbank planeja iniciar recompra de 600 milhões de euros

SERGIO CALDAS/AE

O Commerzbank recebeu aprovações para lançar um programa de recompra de ações de até 600 milhões de eu-

ros. Em comunicado, o segundo maior banco da Alemanha disse nesta segunda-feira, que a recompra começará após a divulgação do balanço do terceiro trimestre, nesta semana,

e deverá ser concluída até meados de fevereiro.

O programa faz parte de uma estratégia de retorno de capital referente a 2024, que envolverá pagamento de dividendos e re-

compras de ações em duas tranches, detalhou o Commerzbank.

Os resultados financeiros do Commerzbank do trimestre até o fim de setembro estão previstos para amanhã.

BRICS

Lula conversa de maneira remota com presidente da África do Sul

CAIO SPECHOTO/AE

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, conversou na manhã de ontem, remotamente, com o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. A informação foi divulgada pela assessoria de imprensa do Palá-

cio do Planalto.

Segundo a nota publicada pelo Planalto, Lula lamentou não ter encontrado Ramaphosa na reunião dos Brics, na Rússia, no mês passado.

O presidente brasileiro cancelou a participação no evento por causa do acidente doméstico

que sofreu em 19 de outubro.

Segundo o texto, Lula "reiterou interesse no encontro bilateral durante a cúpula do G20, no Rio de Janeiro, onde a África do Sul irá receber do Brasil a presidência do grupo para o próximo ano".

Além disso, Lula reforçou

convite a Ramaphosa para participar do café da manhã do Ibas (grupo que reúne Brasil, África do Sul e Índia) previsto para o dia 19, durante a cúpula do G20.

O brasileiro também agradeceu o apoio sul-africano à proposta de paz de China e Brasil para a guerra entre Rússia e Ucrânia.

CASSIUS

Na Austrália, morre o maior crocodilo em cativeiro do mundo

Classificado pelo *Guinness Book*, o livro dos records, como o maior crocodilo em cativeiro do mundo até então vivo, o gigante Cassius morreu no dia 1º de novembro, segundo comunicado do local em que ele vivia, o Marineland Melanesia, um refúgio para répteis localizado dentro do Green Island Resort, na Austrália. Ele tinha com 5,48 metros de comprimento.

A nota emitida pelo santuário chama Cassius de amigo. "Ele era mais do que apenas um Crocodilo, era um membro estimado de nossa família e trouxe alegria e companheirismo ao seu melhor amigo George por mais de 37 anos", informa a nota.

George é George J Craig, o fundador do santuário de 94 anos. Ele lidou 70 anos de sua vida com crocodilos, e alimentou Cassius pessoalmente durante 37 anos.

Após dedicar mais de 53 anos de sua vida ao parque que fundou, em outubro último George foi transferido para um lar para idosos para cuidar da sua saúde, segundo informações das redes sociais do parque.

CAPTURA E IDADE

Cassius foi reconhecido pela primeira vez como o maior crocodilo do mundo pelo *Guinness* em 1º de janeiro de 2011. Segundo a página dedicada ao animal no livro dos records, ele foi

capturado em 1984 no rio Finniss, perto de Darwin, Austrália, após relatos de que ele atacava barcos e gado na região.

Desde que estabeleceu um recorde em 2011, sua exata dimensão não foi mais medida, mas especula-se que ele possa ter crescido. Cassius era a estrela do Marineland Melanesia, um refúgio para crocodilos considerados perigosos.

Cassius era muito maior do que os demais animais, que mediam pouco mais de 4,5 metros. Também era 500 quilos mais pesado, chegando a uma tonelada.

Apesar de seu tamanho, ele consumia relativamente pouca comida, cerca de 4kg a 5kg por

semana, incluindo peixe e frango, segundo o *Guinness*.

A alimentação do réptil ocorria durante os shows, que aconteciam duas vezes ao dia, segundo informações da página oficial do santuário na internet.

"É bastante incrível testemunhar a conexão especial entre Cassius e seus cuidadores; eles desenvolveram uma afinidade incrível após quase 30 anos", diz o texto do site do refúgio. "Era muito maior do que os demais animais, que mediam pouco mais de 4,5 metros. Também era 500 quilos mais pesado, chegando a uma tonelada. se estar vivendo além dos anos de um Crocodilo selvagem", diz o texto.

EUA

O que são os delegados, o colégio eleitoral e como funciona a eleição?

LUCAS THAYNAN
E BRUNO PONCEANO/AE

O caminho para a Casa Branca passa por um complexo sistema eleitoral que pode confundir até mesmo os próprios norte-americanos. Diferente do Brasil, onde o voto é direto e obrigatório, os Estados Unidos elegem seu presidente por meio do Colégio Eleitoral, um mecanismo que já completou mais de 200 anos.

O sistema funciona como uma eleição indireta e o voto é facultativo. Quando os norte-americanos vão às urnas eles não estão votando diretamente no candidato à presidência, mas sim em delegados que representam seu

Estado no Colégio Eleitoral.

Cada Estado possui um número específico de delegados, calculado com base em sua representação no Congresso.

A conta é simples: soma-se o número de representantes na Câmara, que varia conforme a população, com os dois senadores que cada Estado possui.

O distrito de Columbia, onde fica a capital Washington D.C. é um caso especial: mesmo sem representantes no Congresso, recebe três delegados, mesmo número do Estado com a menor população.

O VENCEDOR LEVA TUDO

No total, são 538 delegados

em jogo nas eleições presidenciais. Para conquistar a Casa Branca, o candidato precisa garantir a maioria absoluta, ou seja, 270 votos.

Na maior parte dos Estados, quem vence o voto popular fica com todos os delegados, independentemente se a votação do ganhador foi por 51% ou 99%. Essa regra é conhecida como "*winner-takes-all*", que significa "o vencedor leva tudo".

Diferente dos demais Estados que adotam o "*winner-takes-all*", apenas em Maine e Nebraska os votos dos delegados são proporcionais a votação nos distritos.

Com este sistema, um candidato a presidente pode ter a

maioria do voto popular no país e mesmo assim perder a eleição.

Esse foi o caso da Hillary Clinton em 2016. A democrata teve quase 3 milhões de votos a mais que Donald Trump nos Estados Unidos, mas foi derrotada na contagem de delegados. Trump saiu vitorioso por 304 a 227.

VOTAÇÃO INDIRETA

Ao depositar o voto na urna, cada eleitor na verdade está votando diretamente nos delegados que representam cada chapa naquele Estado. E são estes delegados que vão oficializar o voto no presidencial do seu partido, caso ele vença no Estado.